

## PREFÁCIO

O livro “Diplomacia Ambiental” permite enriquecer o debate da questão ambiental no Brasil fornecendo informações preciosas sobre a internalização de acordos internacionais negociados e ratificados pelo Brasil. Como antigo negociador pelo Brasil de temas como mudança do clima, biodiversidade, químicos, resíduos perigosos e outras questões cobertas por instrumentos internacionais, é com especial interesse e satisfação que vejo a publicação desta obra totalmente inédita no nosso país.

São inúmeras as implicações dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil, mas devemos recordar que são ainda maiores as oportunidades que se abrem para favorecer o país graças a esses processos. As negociações desses acordos no âmbito das Nações Unidas foram iniciadas e desenvolvidas com intensa participação do Brasil que, ao longo dos anos, pôde evitar que se tornassem obstáculos e, ao contrário, contribuísssem ao nosso desenvolvimento. Os interesses brasileiros estão bem refletidos nesses acordos e nos processos que desencadearam. Cabe a todos nós assegurar que o Brasil saiba utilizá-los sempre com o interesse nacional em mente, da mesma forma como foi com base no interesse nacional que foram negociados.

A tradição negociadora brasileira nos grandes temas conhecidos como ambientais está baseada em um processo preparatório interno extremamente importante. A primeira etapa é a convocação de todas as áreas governamentais que podem vir a ser envolvidas na implementação de um acordo que está por ser negociado. As reuniões precisam definir as principais posições do Brasil, tanto naquilo que se procura obter, quanto no que se procura evitar. Esse exercício é coordenado pelo Itamaraty, não só pela experiência negociadora do ministério, mas também por ser um ministério que não tem agenda dentro do Brasil e que tem como uma de suas funções precípuas buscar o equilíbrio de uma posição que seja entendida, aceita e respeitada pelos demais ministérios. Em temas complexos como químicos, biodiversidade ou energia, é inevitável que ministérios tenham posições diferentes ou até opostas. O papel do Itamaraty

é, portanto, de assegurar que haja uma posição brasileira que chegue sólida às reuniões internacionais e que seja compatível aos outros compromissos já assumidos pelo país em diferentes acordos. O Ministério da Agricultura, por exemplo, pode discordar do de Meio Ambiente em reuniões internas do Governo ou em debates nacionais, mas não podem expressar essas diferenças no âmbito internacional.

O Itamaraty precisa, naturalmente de assessoramento técnico especializado de diversos ministérios. Aliás, o respeito pelo conhecimento dos técnicos brasileiros é muito elevado e permite ao nosso país apoiar as delegações de outros países ao longo das negociações. Poucos países - ainda mais entre países em desenvolvimento - têm o corpo técnico da qualidade do que geralmente integra a delegação brasileira.

Após as consultas governamentais, estabeleceu-se a tradição de o Itamaraty coordenar, também, um diálogo com os governos estaduais e municipais, com o empresariado (em geral, coordenados pelas entidades de classe), com a academia e com a sociedade civil, incluídos os movimentos sociais e as organizações não governamentais. Esse diálogo permite não apenas esclarecer para a sociedade os objetivos do Estado e do Governo em uma negociação específica, mas permite adicionar, por meio de questionamentos e contribuições, novas dimensões ao que se chamará a posição do país frente aos demais países. Nos períodos em que tive o privilégio de ser o negociador do Brasil, todos esses atores podiam escolher de compor a delegação do Brasil e, nas mais diversas ocasiões, contribuíram muito positivamente para o processo negociador e para a defesa das posições brasileiras.

Uma vez assinado o acordo e ultrapassada a etapa de ratificação, que exige a aprovação do Congresso Nacional, é muito importante estimular o continuado acompanhamento pela sociedade brasileira dos acordos dos quais o Brasil faz parte. Deve-se sempre recordar que um acordo internacional é, na realidade, o início de um processo e que este, através das mais variadas etapas, está sempre sendo complementado. As convenções são entidades vivas que exigem a atenção do Governo, do Estado, mas também a atenção dos demais atores que participaram das negociações do documento original e que seguem atuando.

O caso mais conhecido é o de mudança do clima. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (conhecida pelas iniciais em inglês UNFCCC), assinada na Rio-92, entrou em vigor em 1994, e, com isso, se iniciou um processo de complementação de suas determinações por uma série de reuniões hoje (muito) conhecidas, as "COPs" (Conferências anuais dos países que são parte do acordo). Como se sabe, entre as COPs também ocorre uma série de reuniões técnicas que visam a complementar e estabelecer regras claras para implementação das decisões tomadas no ano anterior.

É importante, também, recordar que o Brasil tem sido reconhecidamente, um dos países mais influentes nas negociações ambientais. Essa influência se dá não só na própria negociação, mas nos processos subsequentes. Exemplo conhecido é o Protocolo de Quioto à Convenção do Clima no qual foi decidido e regulamentado um mecanismo de mercado (o primeiro jamais aprovado por um acordo ambiental multila-

teral): o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (o MDL, conhecido como CDM pelas iniciais em inglês), que partiu de proposta brasileira (feita conjuntamente com os EUA) e que teve papel fundamental para o desenvolvimento dos demais mecanismos de mercado de carbono.

Toda a sociedade brasileira está envolvida - direta ou indiretamente - na implementação das convenções ambientais. Conforme mencionei anteriormente, muitas das convenções ambientais têm impacto - positivo ou negativo - sobre diferentes setores. Como se sabe, um dos acordos que envolve mais ministérios e instituições do Estado brasileiro é a mudança do clima pois atinge todas as atividades econômicas: energia, transporte, agricultura, indústria e comércio, aviação, navegação, infraestrutura, turismo, entre outros. Isso deve nos lembrar que, apesar de terem origem por questões ambientais, esses acordos têm que achar soluções políticas, científicas, e principalmente econômicas e sociais. Por isso - e em grande parte pela atuação brasileira - os temas ambientais foram colocados no contexto do desenvolvimento e por isso acabou gerando o conceito de desenvolvimento sustentável que busca o equilíbrio entre três "pilares", o ambiental, o econômico e o social.

Há muitas histórias de sucesso, apesar da tendência natural de manifestarmos frustração com a lentidão dos processos. Creio ser justo, quando alguns autores apontam que discussões como ozônio, mercúrio, resíduos perigosos começam com a dimensão científica e tendem a evoluir quando provocam consequências econômicas e sociais e, assim, adquirem dimensão política, que exigem o desenvolvimento de soluções. Estas envolvem não só ciência, tecnologia e inovação, mas elevados recursos financeiros, criando desafios para o apoio aos países em desenvolvimento que só foi obtido de forma bem-sucedida pela Convenção de Viena e seu Protocolo de Montreal (regime de ozônio). A fórmula que tanto deu certo, neste caso, é uma referência mundial e foi reconhecida pelo então Secretário- Geral da ONU, Kofi Annan, como o acordo mais efetivo das Nações Unidas. De fato, em menos de quatro décadas desde o descobrimento da ameaça, mais de 95% dos gases que destroem a camada de ozônio já haviam sido eliminados.

Este livro tem papel fundamental por esclarecer ao público sobre etapa essencial dos acordos internacionais: a evolução dos processos gerados pelo resultado das negociações e a internalização desses acordos, que passam a ser parte da legislação nacional. Graças a este livro, o Brasil poderá entrar no limitado grupo de países que já iniciou exercício similar. Cumprimento os autores pelo trabalho que permite adicionar essa nova etapa da liderança brasileira no contexto das negociações ambientais internacionais.

Cumprimento especialmente o IRICE, cujo presidente, Rubens Barbosa, um dos mais respeitados diplomatas do Brasil com funções de grande relevância como Embaixador no Reino Unido e nos Estados Unidos, entre outras, e que continua, após seu retorno ao Brasil, de forma incansável, a contribuir para o fortalecimento do papel internacional do país.

André Aranha Corrêa do Lago

Diplomata desde 1983

Negociador de desenvolvimento sustentável e mudança do clima de 2001 a 2006;

Diretor do Departamento de Energia do Ministério das Relações Exteriores (2008 – 2011); Diretor do Departamento de Meio Ambiente do MRE (2011-2013);

Negociador-Chefe do Brasil para Mudança do Clima (2011-13) e para a Rio+20 (2011-12)

Autor, entre outros, do livro Estocolmo, Rio, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas. FUNAG, Brasília, 2006